

FECUNDAÇÃO ARTIFICIAL: O (NÃO) ECLIPSE DA MÃE
[Boccia, Maria Luisa, e Grazia Zuffa (1998), *L'Eclissi della Madre. Fecondazione Artificiale: Tecniche, Fantasie e Norme*, Milão, Nuova Pratiche Editrice, ISBN 88-738-0604-x]

Teresa Joaquim

Antes de abordar a obra de Maria Luisa Boccia e Grazia Zuffa, *L'Eclissi della Madre. Fecondazione Artificiale: Tecniche, Fantasie e Norme*, gostaria de dizer como é difícil falar a partir duma distância cultural muito maior entre Portugal e a Itália do que entre Portugal e a França ou os Estados Unidos, distância do ponto de vista do conhecimento das linhas de investigação, dos movimentos sociais, das lutas feministas, do quadro teórico e intelectual, já que as traduções dos autores italianos em português são raras, com excepção talvez de Eco, Guinzbourg, Agamben ou do caso muito especial de Tabucchi, no seu percurso — bastante raro — por essa figura emblemática da nossa cultura que é Fernando Pessoa na modernidade dos seus heterónimos.¹

Nesta paisagem e numa língua simultaneamente próxima e distante, fica-nos a travessia das obras teóricas que nos são comuns (por exemplo, Braidotti, Butler, Irigaray). Neste quadro, ao mesmo tempo próximo e distante, tem de se mencionar, enquanto referência ao exterior da Itália, o trabalho realizado pelo Grupo Diotima, *Mettere al mondo il Mondo* (1990), e também a importância do debate do movimento feminista italiano sobre a igualdade e a diferença — *il pensiero della differenza sessuale* —, muito mais forte do que noutros países do Sul da Europa, como a Espanha ou Portugal, onde o movimento feminista, pelo menos em Portugal, não soube proceder à reelaboração teórica e simbólica das questões da maternidade: excepto nos debates — com outro tipo de alcance — sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Parece-me que as características do movimento feminista italiano possibilitaram a aparição de muitas obras teóricas, nomeadamente sobre o corpo das mulheres, sobre o desejo da maternidade, sobre a reflexão e a reelaboração da relação mãe-filha (este corpo-a-corpo com a mãe em Irigaray...), sobre o nascimento, o parto. Além da existência de numerosas traduções a respeito do corpo, como — para citar apenas algumas — as de Braidotti, Duden, Haraway, Rich.

Este conjunto de obras teóricas italianas a respeito da maternidade e a presença de obras reconhecidas do ponto de vista internacional sobre este tema constituem um quadro bastante largo em que encontram a sua inserção os diferentes aspectos, as diferentes perspectivas e “leituras” propostas por estas duas autoras sobre as novas tecnologias da procriação.

1 Uma versão em francês deste texto foi publicada em Christiane Veauvy (dir.) (2004), *Les Femmes dans l'Espace Public: Itinéraires Français*, Paris, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme/Le Fil d'Ariane.

O Eclipse da Mãe. Fecundação Artificial: Técnicas, Fantasias e Normas traduz o título da obra de Maria Luisa Boccia, professora de história e de filosofia política, e de Grazia Zuffa, psicóloga. É uma obra que se ocupa das questões respeitantes às novas tecnologias da procriação sob diferentes perspectivas: a sua representação nos *média* (cap. 1), os “casos escandalosos” e as suas discussões ao nível do direito e das suas novas proposições, na elaboração das quais há um apelo ao modelo da “família tradicional”, tentando-se por vezes fazer corresponder os progenitores biológicos e sociais; a apresentação das diferentes tecnologias (cap. 2, “A cena tecnológica”) e os dilemas bioéticos que essas novas tecnologias colocam, os discursos que produzem novas exclusões entre os que podem e os que não podem ser progenitores.

Se este conjunto de perspectivas de abordagem, de compreensão destas tecnologias da procriação, me parece interessante, é porque dá a ver o que está em jogo nesta problemática, os discursos e as estratégias que dizem respeito à reelaboração da relação entre os sexos: sempre presente como um fio condutor neste longo percurso pelas questões mediáticas, jurídicas, médicas, religiosas, bioéticas, a questão do “eclipse da mãe”, do “desembaraçar-se da corporeidade do nascimento”.

Tendo em conta este fio condutor, não vou fazer um resumo do livro, mas antes traçar as linhas respeitantes à maternidade que, de modo por vezes paradoxal, as novas tecnologias tornam visíveis, onde há simultaneamente o “desembaraçar-se da corporeidade do nascimento” e o marcar-se também de forma clara que, sem este corpo materno, sem esta corporeidade, não há humanos.

O livro começa por uma recolha de vários casos mediáticos, marcados pelo seu contorno “fora da norma”: por exemplo, o dessa filha cuja mãe tinha morrido dois anos antes do nascimento (o embrião *in vitro* foi recolhido pela irmã do viúvo), ou então o caso duma mulher que teve um filho quando já tinha 63 anos. Nestes casos fora da norma bastante diferentes, há duas características comuns, a saber, “a procriação sem o sexo” e o facto de estes casos “reforçarem a redução histórica da mulher à matéria reprodutora” (p. 19).

Nestas novas tecnologias há, segundo Vegetti Finzi (1990: 21), “[...] conivência entre o desejo onnipotente da pessoa ter um filho e o desejo onnipotente dos técnicos de ‘fazerem um filho’”, o que pode ser compreendido ao mesmo tempo como conivência entre o desejo de ter um filho a qualquer preço e as tecnologias disponíveis (“medicinas do desejo”); o que talvez também faz parte desta luta plurissecular: “quem tem o poder de conceber?”, questão que as tecnologias da procriação reactualizam simultaneamente como uma “chance” e como um risco.

Ângela exprime a sua experiência de mulher-portadora e a sua recusa de qualquer tentação de guardar os filhos da seguinte maneira: “são filhos de outras mulheres que eu tive emprestados durante nove meses”. Afirmção do dom de si que suscita esta leitura das autoras: “a total oblatividade do ‘dom’ do útero coincide com a percepção de não ser mais do que esse órgão, alienado de si. O dado biológico, albergar fetos que lhe são geneticamente estrangeiros, torna-se simplesmente um vivido de estranheza e de despersonalização materna. Não se poderia imaginar uma revolução mais radical da subjectividade feminina na procriação: a gestação, esse longo período no qual toma ‘corpo’ em si, inclusive psicologicamente, o

diferente de si, tornada insignificante na relação com o recém-nascido. [...] a mulher vive-se como uma coisa. Um útero artificial *avant la lettre*” (1998: 32-33).

Este processo, em que a mulher se pode ver “como uma coisa”, constrói-se não apenas na longa história que Duden (1996) dá a ver no seu livro, citado aqui, *L’Invention du Fœtus. Le Corps Féminin comme Lieu Public*, processo dum visualização do invisível, do íntimo que torna o corpo da mulher semelhante a uma espécie de lugar público, de *vitrine* (são as palavras de Duden). A experiência do vivido da gravidez é reduzida a uma imagem num ecrã, que simultaneamente recalca ou apaga esta experiência psicológica na qual “toma ‘corpo’ em si, inclusive psicologicamente, o diferente de si”. E “tomar corpo” não pode ser reduzido a uma experiência simplesmente biológica, pressupõe, de cada vez, que há um nó inextricável, sem corte, entre o biológico e o psicológico. Segundo as autoras, este processo de visualização (Duden), de objectivização e de exteriorização do corpo (Tabet, 1985, ou Braidotti, 1994) inscreve-se num processo secular de medicalização do corpo das mulheres. Segunda a psicanalista Silvia Tubert (1996), as biotecnologias podem enclausurar o desejo das mulheres na maternidade e reforçar nesta a identidade feminina: sem ela, há falta, a mulher vê-se como uma “terra seca” (alusão a uma peça de teatro de G. Lorca), infértil, semelhante à imagem antiga da terra semeada por outrem. Paralelamente, este processo vai permitir a irrupção na cena pública do “embrião cidadão” (cap. 4), ligado, em Duden, à “clausura do corpo da mãe” e em Tubert à “clausura do desejo das mulheres”, clausuras produzidas e reforçadas pela “cena tecnológica”.

Mas se há estes riscos, há simultaneamente “chances”, possibilidades de abrir essa clausura — essa identidade baseada durante séculos quase exclusivamente na maternidade —, já que, segundo Braidotti (1994), há intersecções entre “o discurso teórico e político produzido sobre o corpo e a sexualidade” pelo movimento feminista e as biotecnologias: esta interacção chega a produzir “o espaço para uma outra definição da relação do feminino e do materno [...] e uma outra redefinição da subjectividade feminina que permite uma outra heterossexualidade, uma outra relação entre os sexos” (p. 89). Assim, dum outra maneira, esta interacção poderia permitir sair, segundo De Lauretis (1996), “do ‘gigantismo’ “da Mãe para as mulheres [...] e a maternidade [escondendo] uma história de lutas sociais, pessoais e políticas, pela afirmação dum diversidade entre as mulheres e das mulheres nos confrontos com as instituições e formações culturais hegemónicas” (p. 173).

Concluamos. No modelo dominante de feminilidade, assim como durante a gravidez, a mulher é vista como uma “terra passiva”; ao invés do processo de visualização do feto, há também uma invisibilização do trabalho necessário para que o ser que nasce se torne humano, trabalho em que não há somente repetição, mas inovação também, não há somente alimentação, mas imaginário também; e é este trabalho que permite a singularização de cada um(a).

Na produção teórica italiana sobre as questões da maternidade, o acento é colocado na elaboração simbólica: a maternidade não é só reprodução, mas também geração (cf. Collin, 1999).

Num certo sentido, as biotecnologias, *de maneira paradoxal*, funcionam como um reforço da “mulher como matéria reprodutora”, mas ao mesmo tempo mostram “a marginalidade da contribuição masculina, reduzida literalmente ao sêmen” (p. 184) e, na sua própria incapacidade de compreender que a maternidade e o nascimento não podem ser reduzidos a um discurso biológico, elas dão a ver aquilo que torna possível que “hoje como ontem, hoje mais do que ontem com a reprodução artificial, dependa de nós todas dar sentido ao nascer-se mulher, recolocando no seu lugar a figura da mãe. Não é difícil. Com a condição de saber olhar com os nossos olhos” (p. 185).

Referências bibliográficas

- Braidotti, Rosa (1994), *Sujetos Nómades, Corporización y Diferencia Sexual en la Teoría Feminista Contemporánea*, Barcelona, Paidós.
- Collin, Françoise (1999), *Je Partirais d'un Mot: Le Champ Symbolique*, Paris, Fus Art.
- De Lauretis, Teresa (1996), *Sui Generis*, Milão, Feltrinelli.
- Duden, Barbara (1996), *L'Invention du Fœtus: Le Corps Féminin comme Lieu Public*, Paris, Descartes & Cie.
- Vegetti Fingi, Silvia (1990), *Il Bambino della Notte*, Milão, Mondadori.
- Tabet, Paola (1985), “Fertilité naturelle, reproduction forcée”, em Nicole-Claude Mathieu (org.), *L'Arraînement des Femmes: Essais en Anthropologie des Sexes, Cahiers de l'Homme*, série XXIV, EHESS, Paris, pp. 61-146.
- Tubert, Silvia (1996), *Mulheres sem Sombra: Maternidade e Novas Tecnologias de Reprodução*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, (trad. brasileira).

Teresa Joaquim. Universidade Aberta, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais. *E-mail*: tjoaquim@univ-ab.pt